

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA DOZE DE JUNHO DE 2012, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC.

HORÁRIO: 08h. QUORUM DE ABERTURA: constatada a presença dos conselheiros (as); Benedito Claudino da Silva, Edvardes Luiz Pessoa, Hélio Borges Resende, Luciana Risolia Navarro Cardoso Vale, Lucidalva Barreto dos Santos, Maria Rosália Alves Fonseca, Marília Soares Nascimento, Marlene Cassiana Silva Jorge, Neuzira Cardoso Ottoni e Severina Alda de Aguiar. Estavam presentes a Assistente Social e Técnica da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais - CEAS/MG, Rosalice Tassar, os representantes da PCH Unaí - Ana Maria de Araújo Oliveira, Andrei Guimarães Guedes, Flávio César Gomes de Oliveira, Ronaldo Câmara Cavalcanti - Gerente de Meio Ambiente, a Assistente Social da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e técnica dos Conselhos da Área Social - Thaís Pereira Souza da Costa e Mariana P. B. Martins – Assistente Administrativo. Iniciando a reunião, a presidente Neuzira, solicitou aos presentes que se apresentassem. Após as apresentações, Rosalice introduziu a pauta para qual a mesma foi convocada: Reunião sobre a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Unaí Baixo com o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG, Rosalice, informou que foi protocolado no CEAS o Plano de Assistência Social - PAS da PCH Unaí, em dois mil e três para análise e deliberação. O mesmo foi aprovado em dezembro de dois mil e quatro, por meio da Resolução sessenta e seis de dois mil e quatro. Em três de maio de dois mil e doze foi protocolado o relatório final de acompanhamento das atividades do PAS para avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas nas áreas atingidas pelo referido empreendimento. Rosalice explicou que esta reunião tem objetivo de verificar se o plano tem se efetivado, com enfoque principal na área social. Rosalice perguntou aos conselheiros se eles tiveram acesso ao Plano Final apresentado pela PCH Unaí. Alda informou que uma comissão deste conselho elaborou o parecer sobre o relatório final, o qual foi enviado ao CEAS/MG. Rosalice falou aos conselheiros sobre o relatório final apresentado pela PCH Unaí, informando quais foram as ações implementadas pela PCH, constantes no relatório, em benefício às famílias prejudicadas pelo empreendimento. Rosalice

perguntou aos conselheiros sobre um caso em especial, de uma família mencionada no relatório da PCH e questionou se as mesma permanece em acompanhamento em virtude da demanda apresentada no relatório. Ana Maria disse que acompanhou esta família por algum tempo, e tomou conhecimento de que o CREAS, por solicitação do Ministério Público tem feito este acompanhamento. Rosalice perguntou quanto às outras famílias, que foram realocadas, qual foi o impacto social. Ana Maria disse que estas famílias não tiveram grandes dificuldades porque tinham parentes que já residiam na cidade. Rosalice perguntou se ocorreu a contratação de setenta por cento de mão de obra local para trabalhar no empreendimento conforme estava previsto no PAS. Ana Maria informou que a PCH realizou as primeiras contratações através do SINE de Unaí, mas que com o passar do tempo, as contratações começaram a ocorrer na própria PCH. Rosalice solicitou à empresa que apresente um relatório das contratações para que possa ser realizado um balanço. Ronaldo disse que a dificuldade em utilizar mão de obra local, se deve à falta de qualificação profissional, e que estas contratações são possíveis principalmente no início das obras. Rosalice perguntou se foram contratados os três por cento de pessoas com deficiência exigidos pela legislação trabalhista para empresas com mais de cem funcionários. Ana Maria informou que não foram contratados os três por cento, mas que houveram sim algumas contratações de pessoas com deficiência. Rosalice solicitou da empresa apresentação de relatório destas contratações. Edvardes informou que este tema já foi discutido em reunião anterior deste CMAS, conforme consta em ata. Iniciando o tema, programas e ações, Rosalice perguntou à assistente social da PCH como foi o trabalho desenvolvido por ela e pelo psicólogo com as famílias da região afetada. Ana Maria explicou que as famílias foram atendidas pelo assistente social e encaminhadas ao CRAS ou CREAS quando se verificava necessário alguma ação específica. Rosalice perguntou quanto ao relatório, o que significa não haver flexibilidade dos órgão públicos para implementar as ações. Ana Maria explicou que não havia compatibilidade de horários para realização das ações entre a PCH e os órgãos públicos. Rosalice informou que a obrigação de realizar estas ações era da PCH e não do órgão público e que estas ações deveriam ter sido realizadas, pelo risco de exploração infantil, prostituição, violência entre outros riscos. Rosalice perguntou

se o programa de comunicação social ocorreu. Ana Maria informou que ocorreu um evento de Ação Social com esta população. Rosalice perguntou se os conselheiros, como população de Unaí, tomaram conhecimento deste evento de Ação Social. Alda disse que tomou conhecimento da Ação Social, através de uma faixa de divulgação, mas que considera que as ações foram muito fragmentadas e que não houve a divulgação necessária para o evento. Luciana informou que participou da audiência pública como gestora da SEMDESC e que tomou conhecimento da Ação Social no município. Ana Maria informou que as audiências públicas eram divulgadas por meio de carro de som no município de Unaí. Rosalice perguntou quais ações estão sendo desenvolvidas no município no combate à violência sexual. Luciana informou que o município tem atuado através do Conselho Tutelar e do CREAS de Unaí. Rosalice perguntou se existe alguma ação preventiva do município, e explicou porque a população afetada pelo empreendimento fica vulnerável a violência sexual e exploração sexual infantil. Marília perguntou quanto ao PAS, se o realocamento residencial destas famílias foi avaliado somente no início, quando elas tiveram acompanhamento da empresa, ou vem sendo avaliado durante todo o tempo e perguntou também o que o poder público tem feito para orientar estas famílias. Rosalice informou que as famílias foram realocadas em áreas de sua escolha, conforme previa o plano e explicou que o questionamento desta reunião é: quais foram as ações implementadas pela PCH e pelo poder público no sentido de melhorar a qualidade de vida destas pessoas, bem como a prevenção de situações de risco social. Alda disse que considera muito importante que os profissionais sejam contratados no início das ações e que a assistente social começou a trabalhar quando o empreendimento já estava funcionando. Ainda quanto ao relatório final, Rosalice perguntou quanto à mobilização do canteiro de obras, em que época ocorreu. Ronaldo explicou que a mobilização do canteiro de obras começou a ocorrer após novembro de dois e onze. Rosalice perguntou quando a obra começou e quando o Posto Social, foi implementado. Ana Maria disse que a obra começou em junho e a partir de outubro de dois mil e dez o posto foi implementado. Rosalice perguntou qual foi o trabalho realizado pela assistente social do Posto Social no município. Ana Maria explicou que foram realizadas visitas e avaliações por parte da assistente social às famílias

prejudicadas pelo empreendimento. Lucidalva disse que tomou conhecimento, através de visita ao Posto Social da PCH, que não foram realizadas ações no combate à exploração sexual infanto-juvenil e de que não havia profissional de psicologia para realizar atendimento à população. Alda disse que o local onde o assistente social atendia não era adequado para funcionamento do Posto Social, pois o mesmo dividia o espaço com profissionais de outras funções não podendo ofertar atendimento que resguardasse o sigilo e a privacidade. Ronaldo explicou quanto a edificação do Posto Social, que esta só pôde ocorrer após a implantação do canteiro de obras. Rosalice disse que algumas melhorias são implementadas nos municípios que recebem empreendimento de grande vulto, como na área de pavimentação e saúde, e que estas melhorias também devem ser buscadas na área social. Rosalice perguntou quais melhorias foram implementadas na área social do município. Ana Maria disse que encontrou dificuldade para desenvolver atividades profissionais sociais com estas famílias, uma vez que, não existe qualificação profissional para desenvolver atividades profissionais. Rosalice perguntou, e deu como exemplo o Bairro Mamoeiro, se não houve possibilidade de desenvolver trabalhos com a população, como oficinas entre outros. Ana Maria disse que este trabalho não foi realizado. Assim, Rosalice deu exemplos de como outros Postos de Atendimento Social, tem importância no trabalho com a população local e da responsabilidade da empresa em deixar algo positivo àquela população. Edvardes disse que Unai estará começando em breve a construção do Hospital do Câncer e que a população do município, principalmente a feminina, é carente de atendimento hospitalar e outros procedimentos da área de saúde e sugeriu que a empresa possa beneficiar a população com a doação de aparelhos hospitalares. Rosalice informou que o plano apresentado pela PCH está vigente, em fase final, e que o Posto Social deveria estar em funcionamento e que portanto a proposta do conselheiro não está desprovida de razão. Flávio falou da importância do PAS na garantia dos direitos da população afetada mas que observa que, muitas vezes, a população afetada não tem interesse em desenvolver as ações propostas no plano e observou que quando o empreendimento utiliza mão de obra local e implanta o alojamento na própria obra, evita muitos outros problemas sociais, inclusive a prostituição. Ronaldo observou que a ação efetiva na

questão social está sendo realizada pela empresa, através principalmente, de leis de compensação ambiental e que não considera interessante a doação de equipamentos como forma de compensação. Marília disse que a falta de dados concretos, que mensuram problemas sociais no município, principalmente a exploração sexual infantil, não pode ser usado como argumento para minimizar os problemas gerados pelo empreendimento. Rosalice disse que está é uma discussão para o CMAS e que esta reunião é para avaliar se as ações propostas no plano foram implementadas no município. E seguindo, Rosalice perguntou se foram realizadas propostas de ações sociais às famílias. Ana Maria disse que procurou as famílias mas que não houve interesse por parte da população afetada em participar das ações propostas. Continuando, Rosalice disse que hoje será realizada visita in loco ao empreendimento e solicitou que dois conselheiros deste CMAS possam acompanhar esta visita e firmou o entendimento de que o Posto Social deveria estar aberto para atendimento e, seguindo, propôs que o conselho elabore propostas de ações sociais a serem implementadas pela PCH, para beneficiar a população atingida pelo empreendimento. Lucidalva propôs que o Posto Social volte a funcionar no Bairro Mamoeiro e que, outras ações sejam implementadas na área de responsabilidade social. Ronaldo disse que as ações devem ser propostas dentro do foco da população atingida e não da comunidade local. Rosalice disse que na área social as ações precisam ser dinâmicas e propôs ao conselho elaborar qual parceria poderia ser realizada entre o empreendedor e os profissionais da área social de Unaí. Assim, os conselheiros tiveram quinze minutos, separadamente, para discutir e elaborar propostas a serem implementadas pela PCH Unaí. Foram então elaboradas as seguintes propostas: manter o Posto Social por um ano com um assistente social e um psicólogo; acompanhar as famílias readaptadas; realizar plano de acompanhamento para propostas de sustentabilidade durante um ano; compromisso da empresa em ofertar espaço físico, material e transporte para efetivar as ações do Posto Social; trabalho do Posto Social com unidades públicas junto à comunidade local; construção de um equipamento da Assistência Social - CRAS, com a contrapartida do município na doação do terreno para construção. Rosalice informou que quanto à proposta de construção do CRAS, esta seria uma responsabilidade do gestor municipal, e que

portanto o CEAS não pode deliberar sobre este tema. Ronaldo falou que quanto à primeira proposta, o Posto Social seria no Bairro Mamoeiro e por seis meses, e que agora mudou a área e o prazo para um ano. Rosalice perguntou ao conselho sobre o prazo. O conselho manteve o prazo de um ano. Ronaldo perguntou qual o objetivo do Posto Social. Rosalice disse que o Posto Social deve levar benefícios para a comunidade, por meio de ações de mobilização da comunidade, realizadas pela assistente social, para verificar o que pode implantado no município para gerar melhorias para esta população e citou exemplos do que pode ser realizado através do Posto Social. Rosalice falou também, sobre a importância do monitoramento destas ações por parte do CMAS de Unaí-MG. Ronaldo falou que a solução do problema social não cabe ao Posto Social, mas ao poder público, o Posto Social deve identificar o problema e encaminhar para a rede social. Lucidalva disse que a proposta do Posto Social não é só de encaminhamento para a rede, mas de execução dos projetos sociais que constam no PAS. Rosalice então, falou sobre as responsabilidades do Posto Social e do empreendedor. Ronaldo disse que o empreendedor é parceiro do município, mas que as ações devem ser propostas aos pouco e de forma concretizável pela empresa. Rosalice perguntou quais conselheiros pode acompanhá-la e aos representantes da PCH nas visitas "in loco". Ficou estabelecido que acompanharão nas visitas os conselheiros Lucidalva, Neuzira e Alda. Finalizando, Rosalice tirou algumas dúvidas com a assistente social da PCH, em relação às famílias citadas no relatório final e repassou com o grupo as visitas que serão realizadas. Desta forma, a presidente Neuzira encerrou a reunião, agradecendo a atenção e o incentivo à Política de Assistência Social como direito num processo democrático e participativo e eu, Mariana, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.

ENCERRAMENTO: 11h50min;